O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano VI | Volume 17 | Nº 49 | Boa Vista | 2024

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.10475695

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ: VISÃO DOS AGENTES PÚBLICOS

Silvio Roberto Stefani[1]

Jean Francisco Bernardino[2]

Marcia Aparecida Zampier[3]

Resumo

O presente estudo tem como tema as políticas públicas adotadas nos municípios da microrregião de Guarapuava, no estado do Paraná, com ênfase na perspectiva dos agentes públicos para compreender o panorama político-administrativo local. Adotou-se uma metodologia com abordagem mista de natureza aplicada e descritiva, foram utilizados procedimentos bibliográficos por meio de revisão sistemática de literatura, bem como dados documentais fornecidos pelo site do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) coletados em 2023. Os dados foram analisados utilizando medidas estatísticas como média, mediana e desvio padrão, possibilitando analisar as respostas, apontando as diversas percepções entre os entrevistados. A pesquisa abrange diversas áreas, incluindo Educação, Saúde, Assistência Social, Administração Financeira, Indicadores de Previdência e Transparência. No âmbito da Educação, foram explorados temas como Planejamento, Acesso, Práticas Pedagógicas e Serviços Escolares. Na área da Saúde, as questões incluíram Gestão, Territorialização e Serviços. A avaliação da Assistência Social contemplou aspectos como Planejamento, Vigilância e Recursos. A Administração Financeira abordou Orçamento, Despesas e Arrecadação. Os indicadores de Previdência direcionados para parâmetros como Regime, Governança e Transparência. A Transparência, por sua vez, foi constatada em diversos aspectos regulamentares. Os resultados evidenciaram variações estatísticas entre os municípios analisados. Guarapuava, Virmond e Rio Bonito do Iguaçu destacaram-se, sobretudo nos Instrumentos de Planejamento. Em contraste, Quedas do Iguaçu, Cantagalo e Laranjeiras do Sul enfrentam desafios na área de Acesso e Permanência na Educação, Coordenação do Cuidado na Saúde, Articulação Territorial e Intersetorial na Assistência Social. A análise dos dados proporciona uma visão específica das dinâmicas municipais.

Palavras-chave: Gestão Pública; Indicadores Sociais; Políticas Públicas, Cidades Sustentáveis; TCE-PR.

Abstract

The present study's theme is the public policies adopted in the municipalities of the Guarapuava microregion, in the state of Paraná, with an emphasis on the perspective of public agents to understand the local political-administrative panorama. A methodology was adopted with a mixed approach of an applied and descriptive nature, bibliographic procedures were used through a systematic literature review, as well as documentary data provided by the website of the Court of Auditors of the State of Paraná (TCE-PR) collected in 2023. The data was analyzed using statistical measures such as mean, median and standard deviation, making it possible to analyze the responses, pointing out the different perceptions among the interviewees. The research covers several areas, including Education, Health, Social Assistance, Financial Administration, Pension Indicators and Transparency. In the scope of Education, topics such as Planning, Access, Pedagogical Practices and School Services were explored. In the area of Health, the issues included Management, Territorialization and Services. The Social Assistance assessment included aspects such as Planning, Surveillance, and Resources. Financial Administration addressed Budget, Expenses and Collection. Pension indicators focused on parameters such as Regime, Governance and Transparency. Transparency, in turn, was verified in several regulatory aspects. The results showed statistical variations between the municipalities analyzed. Guarapuava, Virmond and Rio Bonito do Iguaçu stood out, especially in the Planning Instruments. In contrast, Quedas do Iguaçu, Cantagalo and Laranjeiras do Sul face challenges in the areas of Access and Retention in Education, Coordination of Health Care, Territorial and Intersectoral Articulation in Social Assistance. Data analysis provides a specific view of municipal dynamics.

Keywords: Public Management; Public Policies, Sustainable Cities, Public Management; Social Indicators; TCE-PR.

[1] Professor da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Doutor em Administração pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: silviostefano@unicentro.br

[2] Professor da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Doutor em Tecnologia e Sociedade pela Universidade Tecnologia Federal do Paraná (UTFPR). E-mail: jean.f.bernardino@gmail.com

[3] Professora da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Doutoranda em Desenvolvimento Comunitário pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). E-mail: mzampier@unicentro.br

INTRODUÇÃO

A compreensão e a avaliação das políticas públicas nos municípios do estado do Paraná, propicia um entendimento do panorama político-administrativo local. Este estudo concentra-se na avaliação de políticas públicas realizada pelo Tribunal de Contas, explorando a percepção dos agentes públicos em relação a essas políticas, revelando os diferentes níveis de avaliação que influenciam as iniciativas municipais.

De acordo com Andrade Zanchin, Carneiro, Piacentini (2023) e Stefani *et al.*, (2023) a avaliação de políticas públicas é de fundamental importância para se identificar a eficácia ou não das ações municipais em prol aos munícipes e traçar novos planejamentos para metas e ações de forma efetiva que possam melhorar a qualidade de vida dos cidadãos nas diversas áreas.

O objetivo principal deste artigo consiste em examinar a avaliação das políticas públicas nos municípios do Paraná da microrregião de Guarapuava, sob a perspectiva dos agentes públicos. Nesse contexto, como justificativa a avaliação realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) desempenha um papel fundamental na validação e aprimoramento tanto das políticas vigentes quanto na concepção de novas diretrizes para o estado. Este processo de avaliação abrange diversas dimensões, tais como Administração Financeira; Assistência Social; Educação; Previdência Social; Saúde e Transparência e Relacionamento com o cidadão.

O estudo está fundamentado nas abordagens das políticas públicas e suas avaliações, sendo conduzido por um breve histórico dos Tribunais de Contas e suas atribuições. Para fornecer uma compreensão abrangente, inicia-se com uma base teórica que contextualiza o conceito de políticas públicas, atualizando as estratégias existentes. Conforme destacado por Jannuzzi (2017), essas políticas representam metas coletivas destinadas a solucionar questões de interesse público, passando por etapas relevantes que incluem avaliação de necessidades, formulação e análise de soluções. Como contribuição valiosa, tanto no âmbito prático quanto acadêmico, este artigo delineará os resultados obtidos a partir das dimensões avaliadas pelo TCE-PR.

A avaliação, conforme ressaltado por Silva (2019), assume uma importância fundamental na determinação da eficiência, eficácia e efetividade das ações governamentais. Destaca-se, ainda, o papel desempenhado pelo Tribunal de Contas do Paraná no contexto da transparência, prestação de contas e avaliação das políticas públicas.

Quanto à metodologia empregada, optou-se por uma abordagem mista (qualitativa e quantitativa), de natureza aplicada, com objetivos descritivos e procedimentos que envolvem pesquisa

bibliográfica por meio de revisão sistemática de literatura, e pesquisa documental utilizando dados provenientes da pesquisa realizada pelo TCE-PR no ano de 2023.

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: FUNDAMENTOS E ABORDAGENS

Os estudos de Políticas Públicas de acordo com Souza (2006) iniciam-se nos Estados Unidos e se desenvolvem de forma distinta em comparação com a tradição europeia. Nos EUA, essa área de estudo emerge como uma disciplina independente, focada na análise direta da ação governamental, enquanto na Europa surge como um desdobramento dos estudos sobre o Estado.

Na área de políticas públicas destacam-se quatro influentes: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton. Laswell (1958) introduziu o termo "policy analysis" para conciliar conhecimento acadêmico com a produção governamental e promover o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo. Simon (1957) apresentou o conceito de "racionalidade limitada" dos decisores públicos, destacando que essa limitação pode ser mitigada pelo conhecimento racional e pela criação de estruturas. Lindblom (1959 e 1979) questionou o racionalismo de Laswell e Simon, propondo a inclusão de variáveis como relações de poder e integração nas políticas públicas. Easton (1965) definiu políticas públicas como sistemas, enfatizando a influência de partidos, mídia e grupos de interesse em seus resultados e efeitos.

A política pública não possui uma definição única, sendo abordada de diversas maneiras por diferentes estudiosos, a definição clássica de Laswell (1958) destaca questões-chave: “quem ganha o quê, por quê e que diferença faz” (SOUZA, 2006, p. 24). Enquanto, Lynn (1980) a concebe como um conjunto de ações governamentais com efeitos específicos, Dye (1984) simplifica, considerando-a o que o governo escolhe fazer ou não fazer, Peters (1986) a define como a soma das atividades governamentais que impactam a vida dos cidadãos, Mead (1995) a caracteriza como um campo dentro do estudo político que analisa o governo à luz de questões públicas.

Na perspectiva de Rodríguez-Edeza (2021), as definições de políticas públicas englobam uma variedade de significados e perspectivas, que vão desde o aspecto administrativo ou governamental. Neste contexto, destaca-se o conceito proposto por Jannuzzi (2017, p. 151), o qual tem sido referenciado em diversos estudos. Ele define as políticas públicas como “metas coletivas, compostas por um conjunto de práticas e diretrizes destinadas a resolver questões de interesse público” (JANNUZZI, 2017, p. 151).

Segundo Jannuzzi (2017), as políticas públicas devem ser desenvolvidas a partir de indicadores sociais que identifiquem as necessidades dos grupos sociais e que apontem os caminhos a serem trilhados para alcançar a eficácia desejada.

Garcia e Leonetti (2020, p.244) descrevem que políticas públicas são o meio de ação do Estado para alcançar seus objetivos constitucionais, dentre eles as garantias sociais, como educação, saúde e previdência social.

Rodrigues *et al.* (2022, p.5) citam que o "avanço dos estudos sobre políticas públicas no Brasil se deve à preocupação em ampliar o foco para analisar problemas emergentes da contemporaneidade", impondo aos órgãos de planejamento de políticas públicas a necessidade de buscar estratégias para promover o bem-estar social.

Já Mahardhani (2023), destaca que o papel do governo e das políticas públicas é estabelecer uma atmosfera propícia para o avanço e aceitação de inovações técnicas sustentáveis, enfrentando vários desafios referentes a incentivos e apoio financeiro, regulamentações favoráveis; colaboração e parcerias; educação e Desenvolvimento de Recursos Humanos; Gestão Ambiental Sustentável.

Cerejo *et al*. (2023) explicam que as políticas públicas são resultado do modelo político estatal, da mesma forma, o modelo de controle externo está vinculado a esse contexto, isso significa que um Estado mais progressista, focado na realização de direitos sociais, incentivará a atuação dos órgãos de fiscalização e controle externo, essa atuação visa monitorar o alcance dos resultados planejados pelo Estado, garantindo a concretização dos direitos estabelecidos na Constituição.

Considerando os aspectos de controle, fiscalização e monitoração de resultados, d'Escoffier *et al.* (2022), destacam a conexão intrínseca do tema da avaliação com os diversos setores da sociedade contemporânea, gerando uma relação multifacetada dos cidadãos com esse processo, as avaliações iniciam-se na infância, exemplificadas pelas avalições de aprendizagem na escola, e perpetuam-se ao longo da vida adulta, manifestando-se em avaliações profissionais no âmbito das organizações.

Nesse contexto, Schimmelpfennig e Muthukrishna (2023) abordam o desafio na avaliação de políticas públicas culturais, destacando a necessidade de abordagens flexíveis. Enquanto, Garcia e Leonetti (2020) enfatizam a importância de metodologias transparentes para avaliações eficazes e eficientes.

Nasution e Achmad (2023) descrevem a avaliação de políticas em duas funções essenciais: a descrição do impacto e a decisão sobre sua eficácia, com a necessidade de medir o sucesso, considerando parâmetros como eficácia, eficiência, adequação, equidade, capacidade de resposta e precisão, com destaque para o desafio na avaliação da equidade devido a disparidades nos orçamentos. Em resumo, essas abordagens demonstram a complexidade e os desafios na avaliação de políticas públicas, com ênfase na adaptabilidade e transparência.

De acordo com Silva e Soares (2023, p. 215), a análise das políticas fornece uma compreensão das concepções de Estado e de Sociedade Civil. Essa compreensão é fundamental para a eficácia da

implementação de políticas externas para educação, garantindo o direito a uma educação de qualidade socialmente referenciada".

Sá e Detoni (2019) ressaltam a importância do planejamento governamental no desenvolvimento de políticas públicas, enfatizando a necessidade de sua base nos instrumentos do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Borges *et al*., (2022), destacam que a política pública engloba a política social, a qual tem como principal função a concretização de direitos de cidadania e se estrutura de diferentes formatos ou modalidades de políticas de acesso a um conjunto de benefícios aos usuários dos sistemas de proteção social. Essas políticas abrangem os campos da saúde, previdência, assistência social, educação e habitação.

Medeiros (2023) ressalta a necessidade de intervenção do Estado no Brasil para assegurar dignidade e direitos fundamentais. Enquanto o Banco Mundial e a OCDE destacam a importância da educação como um meio essencial para combater a pobreza e impulsionar o desenvolvimento econômico (SOUSA, LEMES DE SORDI, 2022). Cerejo *et al*., (2023) enfatizam que os Tribunais de Contas, no exercício do controle externo, têm como objetivo promover o uso eficiente dos recursos públicos na educação, garantindo qualidade por meio de fiscalização operacional e de economicidade.

Além disso, destacam-se "os Tribunais de Contas (órgãos auxiliares do Poder Legislativo) como instância de excelência do controle das políticas públicas, tendo um papel importante, na tutela da efetividade dos direitos sociais" (GARCIA; LEONETTI, 2020, p. 245). Estes atuam nas vertentes da transparência, da prestação de contas e da avaliação das políticas públicas, dando oportunidade para uma nova fronteira que exigirá dos órgãos de controle uma capacitação aditiva para o exercício da missão institucional (CASTRO; CASTRO, 2021).

O Tribunal de Contas, desempenha a função de controle externo, conforme descrito por Medeiros (2023), e que tem como atribuição avaliar as decisões tomadas pelos gestores no intuito de atender ao interesse público, considerando critérios como eficiência, eficácia e efetividade, que será abordado na seção seguinte.

TRIBUNAL DE CONTAS E SUAS ATRIBUIÇÕES

A evolução histórica do Tribunal de Contas do Brasil, inicia-se no contexto do Brasil Imperial em 1808, quando Dom João VI estabeleceu o Erário Régio, marcando o início da fiscalização sistemática das contas públicas, a transição para o Tribunal do Tesouro Público em 1832, após o Erário Régio, representou um avanço alinhado aos princípios da Constituição de 1824, no ano de 1890, durante

a Proclamação da República e sob a influência de Rui Barbosa, testemunhou a promulgação do Decreto nº 966-A, uma normativa que reformulou os Tribunais de Contas, adaptando-os aos padrões contemporâneos (LIMA, 2023; JACOBY FERNANDES, 2016; CHADID, 2019).

Lima (2023) descreve que sob os preceitos da Constituição de 1988, os Tribunais de Contas emergem como atores independentes dos tríplices poderes, desempenhando um papel de suma importância no controle externo, garantindo a probidade na administração dos recursos públicos. Esta incumbência é efetivada por uma estrutura técnica robusta, compreendendo 33 Tribunais distribuídos nos níveis federal, estadual, distrital e municipal (CABRAL, 2020).

Pereira Júnior (2023) destaca que o Tribunal de Contas da União (TCU) exerce o papel fundamental de avaliar a governança de organizações públicas, envolvendo direção, monitoramento e incentivo. A Governança Pública, segundo o TCU, se baseia em práticas de Liderança, Estratégia e Controle para avaliar, direcionar e monitorar o funcionamento da organização, visando resultados positivos para os cidadãos (PEREIRA JÚNIOR, 2023).

Medeiros (2023) enfatiza a capacidade única do TCU de acompanhar políticas públicas, exercendo funções fiscalizadoras, corretivas, informativas, sancionadoras, julgadoras e opinativas. Ying Huang (2023) destaca que, diante dos desafios na administração pública, uma abordagem híbrida, que incorpora instrumentos econômicos, jurídicos, informativos e de parceria, é comum e necessária.

Essa estratégia, conforme Pereira Júnior (2023), alinha-se às extensas auditorias realizadas pelo TCU, destacando o comprometimento dos agentes políticos e gerenciais do setor público como essencial para o sucesso na implementação de valores, estratégias e políticas para a boa governança e melhoria dos resultados alcançados.

O objeto deste estudo o Tribunal de Contas do Estado do Paraná foi estabelecido em 1947, substituindo o Conselho Administrativo do Estado, ao longo das décadas, passou por mudanças estruturais e ganhou novas atribuições, nas décadas de 1970 e 1980, expandiu suas responsabilidades, fiscalizando municípios e promovendo crescimento e treinamento, nos anos 1990, com a Constituição de 1988, incentivou a participação da comunidade no controle da administração pública e iniciou a informatização, na década de 2000, enfrentou desafios com a Lei de Responsabilidade Fiscal, implementou programas inovadores e adotou o processo eletrônico, a criação da Escola de Gestão Pública em 2008 e a introdução do Índice de Efetividade da Gestão Municipal em 2015 destacam o compromisso contínuo do tribunal com fiscalização, inovação e transparência na administração pública (TCE-PR, 2023).

Considerando a estrutura dos Tribunais de Contas e o movimento para uma nova administração pública, os agentes públicos podem contribuir para a otimização e estruturação deste ambiente através

da sua percepção. De acordo com Stefani *et al.* (2023, p. 475) a percepção que os munícipes junto aos agentes públicos "possuem em relação aos serviços básicos prestados pelo município, podem ser melhorados e aperfeiçoados por meio da gestão do município e de ações corretivas".

Mahardhani (2023) enfatiza a necessidade de políticas públicas focadas na educação e formação de recursos humanos para enfrentar a era da inovação, abrangendo currículos relevantes e treinamento em alta tecnologia. Ha e Hur (2023) advertem sobre os riscos do empoderamento excessivo dos agentes públicos, destacando a importância da gestão cuidadosa por parte de decisores políticos e gestores de recursos humanos. Cairney (2023) complementa, alertando que a análise de políticas, muitas vezes conduzida por designados políticos, pode marginalizar grupos sociais, sublinhando a complexidade política e incentivando a definição de expectativas gerenciáveis para influenciar processos políticos.

Pegoraro *et al.* (2022), enfatizam que a eficiência na administração pública vai além de aspectos puramente técnicos, abraçando valores e transparência como pilares fundamentais para uma governança democrática eficaz, sendo que uma administração pública eficiente pode colaborar para a implementação bem-sucedida das políticas públicas em prol da sociedade.

Nesse sentido, Flach *et al.* (2022) destacam importância da gestão fiscal nos municípios, ressaltando a necessidade de um controle financeiro mais rigoroso, maior transparência e uma arrecadação eficiente, os autores sugerem que a eficiência da gestão pública pode ser aprimorada pela incorporação de tecnologias inteligentes direcionadas à interação entre contribuintes e os órgãos de controle municipais. Além disso, apontam para a falta de integração das tecnologias nos indicadores educacionais, indicando a necessidade de promover a institucionalização dessas ferramentas no processo educacional, juntamente com a expansão da conectividade dos cidadãos por meio de uma governança municipal (FLACH *et al.*, 2022).

Portugal Júnior *et al.* (2022), relatam que a utilização adequada dos indicadores permite uma interpretação da realidade social, além disso, esses indicadores fornecem orientação para análise, formulação e implementação de políticas públicas. No âmbito municipal, podem subsidiar a elaboração de planos diretores de desenvolvimento urbano e planos plurianuais de investimentos, pois permitem avaliar a situação dos municípios, quer seja em áreas específicas, quer seja no geral, dentre eles, destacam-se: o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM), o Índice Sebrae de Desenvolvimento Local (ISDEL) e o Índice de Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) (PORTUGAL JÚNIOR *et al*., 2022).Taborda *et al*. (2023, p. 463) complementam que o "Estado, por meio de governos estaduais e municipais, terá que empenhar esforços para atender as demandas da sociedade", para que "exista uma efetiva igualdade social, com acessibilidade da população aos serviços públicos". Nessa perspectiva Andrade Zanchin *et al*. (2023, p. 366) destacam que uma eficiente

administração pública pode proporcionar "um melhor equilíbrio sustentável entre os municípios dos Estados" e "consequentemente, trazer melhorias" na qualidade da gestão empregada. Exposto o arcabouço que sustenta a argumentação teórica, os procedimentos metodológicos desta pesquisa serão descritos na sequência.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Recupera-se o objetivo deste artigo que consiste em examinar a avaliação das políticas públicas nos municípios do Paraná, sob a perspectiva dos agentes públicos. Para alcançar esse objetivo, foram analisados documentos disponibilizados nos Tribunais de Contas dos Estados do Paraná.

Nesta seção, serão abordados o método, os procedimentos, as técnicas e as ferramentas utilizadas, dividindo-se em duas subseções: (i) descrição dos materiais e métodos e (ii) exploração do conteúdo coletado.

Materiais e métodos

Este artigo adota uma metodologia mista, seguindo as diretrizes de Creswell e Clark (2013). Tal abordagem implica na utilização tanto de métodos qualitativos quanto quantitativos para análise dos dados coletados. Quanto à caracterização da pesquisa, está se enquadra nas tipologias bibliográfica e documental.

O procedimento para conduzir a pesquisa bibliográfica foi a Revisão Sistemática de Literatura. Nesse contexto, foram explorados itens de informação dos últimos 10 anos em bases de dados, como Scielo e Scopus, disponibilizados pelo Portal de Periódicos Capes-Café, com ênfase na busca em Ciências Sociais. A seleção rigorosa dos artigos científicos seguiu critérios específicos, incluindo revisão por pares, período de publicação entre 01/01/2013 e 01/12/2023, e utilização das línguas inglesa e portuguesa.

Conduziu-se o levantamento bibliométrico para identificar referências relevantes sobre o tema em questão. Após a exclusão de documentos duplicados, procedeu-se à triagem por meio de leitura dinâmica (*screening*), considerando aderência e relevância como critérios. Nesse processo, foram analisados elementos-chave, como título, resumo, palavras-chave e resultados, com o objetivo de selecionar documentos alinhados conceitualmente ao propósito da pesquisa.

Os principais temas considerados foram "Avaliação e Políticas Públicas" e "Avaliação e Tribunais de Contas". Após esse processo, obteve-se um total de 49 documentos selecionados, que

compuseram o *corpus* teórico da pesquisa. Esses documentos serviram para sustentar e fundamentar as análises realizadas. A Pesquisa Documental foi conduzida por meio da pesquisa disponibilizada no *site* institucional do Tribunal de Contas do estado do Paraná.

Para examinar os dados, utilizou-se medidas estatísticas como média, mediana de todos os valores da variável (número total das observações); e o desvio padrão a raiz quadrada da variância, que é usada para medir a dispersão de uma distribuição faz-se uso da diferença entre cada valor e a média aritmética da distribuição (GUIMARÃES, 2008), possibilitando dessa forma analisar as respostas, apontando a diversidade de percepções entre os entrevistados.

Exploração do material

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE PR) realizou uma pesquisa durante o período de junho a julho de 2023, cujos resultados fundamentam a análise apresentada neste artigo. A metodologia utilizada para a coleta e análise dos dados foi a análise documental, conforme definida por Lüdke e André (1986, p. 38). Esta abordagem refere-se a uma temática valiosa de abordagem de dados, apresenta-se tanto completando informações oriundas por técnicas diferentes, quanto revelando aspectos novos de um tema ou problema.

Segundo Cechinel *et al.* (2016), a análise documental inicia-se com uma avaliação prévia de cada documento obtido para o estudo. Isso envolve um exame crítico que leva em consideração elementos como contexto, autores que desenvolveram o estudo, interesses, confiabilidade das informações, natureza do texto e conceitos-chave a serem utilizados para o desenvolvimento do trabalho.

Nesse contexto, a condução da análise deste estudo adotou uma série de passos para a coleta de informações junto ao TCE-PR referentes à Avaliação da Atuação Governamental 2022. Esses procedimentos incluíram a verificação das Políticas Públicas dos municípios da microrregião de Guarapuava, no estado do Paraná, e análise minuciosa do relatório elaborado pelo TCE.

O relatório, extraído da página eletrônica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE (Avaliação da Atuação Governamental 2022), teve como objetivo apresentar o painel de avaliação da atuação governamental. Esse painel visa destacar os resultados obtidos pelos Municípios quanto à Avaliação da Atuação Governamental na implementação de ações em políticas públicas nos termos do artigo 217-A do Regimento Interno do TCE-PR. A nota técnica do TCE/PR, enviada aos agentes públicos dos municípios paranaenses em 2022 para as respostas, objetiva a avaliação de cada área, desdobrando-se em questões avaliativas, as quais são subdivididas em subquestões (chamadas de itens

de verificação), estes por sua vez, são ainda desmembrados em subquestões (chamadas de itens de questionário). O Quadro 1 a seguir oferece uma conceituação desses instrumentos.

Quadro 1 - Questões de Avaliação da Atuação Governamental 2022

Nível da Questão/Subquestão	Conceito
Questão de Avaliação (QA)	É o que se quer responder com a realização dos trabalhos; o conjunto das QAs, em determinada área da gestão pública municipal, busca atingir o *objetivo da avaliação* naquela área.
Item de Verificação (IV)	A divisão de uma QA em subquestões resulta em IVs; o conjunto dos IVs busca responder a QA da qual se originou.
Item de Questionário (IQ)	A divisão de um IV em subquestões resulta em IQs; o conjunto dos IQs busca responder o IV do qual se originou.

Fonte: TCE (2023).

Para a formulação do Relatório, conforme orientações do TCE (2023), foram utilizados os seguintes critérios: grau de atendimento em cada área da gestão pública municipal entre 0 (zero) e 10 (dez), sendo obtido pela média simples do nível de atendimento das QAs, multiplicado por dez. O nível de atendimento de cada QA, por sua vez, é determinado pela média simples do nível de atendimento dos IVs. Da mesma forma, o nível de atendimento de cada IV é calculado pela média simples do nível de atendimento dos itens de Questionários, IQs, e, por fim, o nível de atendimento de cada IQ é obtido pela média simples das respostas atribuídas a ele.

Em relação às áreas da gestão pública municipal sujeitas à avaliação nas Prestações de Contas do Prefeito Municipal perante o Tribunal de Contas do Paraná, conforme as diretrizes do TCE (2023), destacam-se as seguintes: administração financeira, assistência social, educação, previdência social – nos Municípios que possuem regime próprio –, saúde, transparência e relacionamento com o cidadão. No Quadro 2, os objetivos da avaliação para cada uma dessas áreas de gestão pública municipal:

Quadro 2 - Áreas de Governo e Objetivos de Avaliação

Área da gestão pública municipal	Objetivo da avaliação
Administração Financeira	Avaliar as ações do governo que contribuam para uma condição financeira sustentável a fim de garantir a continuidade da prestação adequada de serviços públicos.
Assistência Social	Avaliar o grau de atendimento das ações do governo que visem à identificação e à prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social por meio da oferta de serviços de Proteção Social Básica.
Educação	Avaliar as ações do governo que visem à melhoria da qualidade do ensino e à ampliação do acesso e da permanência escolar na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental ofertados na Rede Municipal de Ensino.
Previdência Social	Avaliar as ações do governo que contribuam para a solvência financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social.
Saúde	Avaliar as ações do governo que visem à melhoria da qualidade dos serviços da Atenção Básica em Saúde, de acordo com as necessidades e demandas da população cada território.
Transparência e Relacionamento com o cidadão	Avaliar as ações do governo que busquem garantir a transparência e o relacionamento com o cidadão a fim de fomentar o controle social.

Fonte: TCE (2023).

A pesquisa abrangeu os agentes públicos dos Municípios da microrregião de Guarapuava, localizada na Mesorregião Centro-Sul Paranaense, do estado do Paraná. Esta investigação envolveu as seguintes cidades: Rio Bonito do Iguaçu, Virmond, Guarapuava, Inácio Martins, Pinhão, Campina do Simão, Candói, Foz do Jordão, Marquinho, Nova Laranjeiras, Reserva do Iguaçu, Porto Barreiro, Turvo, Goioxim, Espigão Alto do Iguaçu, Quedas do Iguaçu, Cantagalo e Laranjeiras do Sul. De acordo com os dados mais recentes do censo do IBGE (2023), essa região abriga uma população total de 388.957 habitantes. O próximo tópico apresentará os resultados da pesquisa, acompanhados de análises e considerações.

DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Os resultados da pesquisa realizada pelo Tribunal de Contas do Paraná, que avaliou a percepção sobre Educação, Saúde, Assistência Social, Administração Financeira, Previdência e Transparência nos municípios da microrregião Centro-Oeste do estado, serão apresentados na sequência.

Educação

A pesquisa abordou o tema Educação, englobando perguntas relacionadas à percepção e satisfação dos servidores municipais em relação aos seguintes aspectos: i) Instrumentos de Planejamento; ii) Acesso e Permanência; iii) Práticas Pedagógicas; iv) Gestão de Pessoas; v) Instalações das Unidades Escolares; vi) Equipamentos das Unidades Escolares; vii) Serviços de Transporte Escolar; e viii) Serviços de Alimentação Escolar. A médias atribuídas a esses itens estão demostradas no Quadro 3.

Destacam-se os três municípios com as melhores médias: Guarapuava (8,05), Virmond (8,00) e Rio Bonito do Iguaçu (7,89). Por outro lado, os três municípios com as menores médias são: Quedas do Iguaçu (5,65), Cantagalo (5,06) e Laranjeiras do Sul (4,96).

Para a análise das questões abordadas, foram utilizadas métricas estatísticas como média, mediana e desvio padrão, para cada município pesquisado. Destaca-se que a pergunta referente a Instrumentos de Planejamento recebeu a maior nota (9,26) e apresentou o menor desvio padrão (0,98), indicando uma similaridade na percepção dos respondentes em diferentes municípios e alta satisfação nesse aspecto.

No que se refere ao Acesso e Permanência (4,98), observou-se a menor nota atribuída, com o desvio padrão relativamente baixo (1,23) em comparação com as demais questões, o que reflete uma insatisfação entre os respondentes dos municípios pesquisados.

Quadro 3 - Percepção dos gestores referente aos indicadores de Educação do TCE-PR

	Instrumento de Planejamento	Acesso e permanência	Práticas pedagógicas	Gestão de Pessoas	Instalações das unidades	Equipamentos das unidades	Serviço de transporte escolar	Serviço de alimentação escolar	**Média**
Rio Bonito do Iguaçu	9,5	6,7	8,1	8	8	6,6	9,6	7,9	**8,05**
Virmond	10	6,1	6,8	7,6	8,3	7,9	8,7	8,6	**8,00**
Guarapuava	10	6,8	8,8	7,5	6,8	6	9,5	7,7	**7,89**
Inácio Martins	10	4,1	8,4	8,1	6,5	6,6	7	8,4	**7,39**
Pinhão	7,8	6,9	9,7	7,3	5,4	4,1	9,2	7,8	**7,28**
Campina do Simão	10	5,8	6,4	6,6	7,4	7,1	5,8	7,4	**7,06**
Candói	9,2	5,2	8,2	7,2	7,1	5,6	6,5	6,6	**6,95**
Foz do Jordão	6,7	4,6	7,2	4,8	7,3	6	6,8	9,3	**6,59**
Marquinho	8	5,2	3,7	5,3	8,5	7,8	6,4	7,1	**6,50**
Nova Laranjeiras	9,6	3,9	4,2	6,1	6,3	5,9	7	8,1	**6,39**
Reserva do Iguaçu	9,6	4,3	7,2	7,4	6,4	4	5,2	5,8	**6,24**
Porto Barreiro	10	5,5	2,3	4,8	4,6	5	7,2	10	**6,18**
Turvo	10	5,9	4,2	7,1	6,3	5,4	4	6	**6,11**
Goioxim	8	3,8	7	6,8	5	4,6	7,1	5,5	**5,98**
Espigão Alto do Iguaçu	9,5	4,5	5,2	4,2	5,8	4,5	4,9	6,7	**5,66**
Quedas do Iguaçu	9,1	4	4,8	5	5,5	4,3	5,9	6,6	**5,65**
Cantagalo	10	4	4,1	3,7	5,8	4	2,8	6,1	**5,06**
Laranjeiras do Sul	9,6	2,4	2,4	4,9	5,1	4,7	4,1	6,5	**4,96**
Desvio Padrão	**0,98**	**1,23**	**2,24**	**1,41**	**1,15**	**1,27**	**1,92**	**1,24**	
Mediana	**9,60**	**4,90**	**6,60**	**6,70**	**6,35**	**5,50**	**6,65**	**7,25**	
Média	**9,26**	**4,98**	**6,04**	**6,24**	**6,45**	**5,56**	**6,54**	**7,34**	

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: TCE (2023).

No que diz respeito às Práticas Pedagógicas (6,04), é relevante observar que o maior desvio padrão (2,24) indica uma nota mediana. Essa variação demonstra uma divergência significativa entre os respondentes, sugerindo que o tema das práticas pedagógicas pode não seguir um padrão uniforme entre os municípios pesquisados.

Em relação aos requisitos de Gestão de Pessoas (6,24), Instalações das Unidades Escolares (6,45) e Equipamentos das Unidades Escolares (5,56), os desvios padrão variam entre 1,15 e 1,41, indicando uma proximidade nas respostas. Isso sugere que os respondentes demonstram uma satisfação média em

relação a esses elementos. No entanto, no que se refere às instalações escolares e à gestão de pessoas, os resultados apontam a necessidade de melhorias na infraestrutura escolar dos municípios.

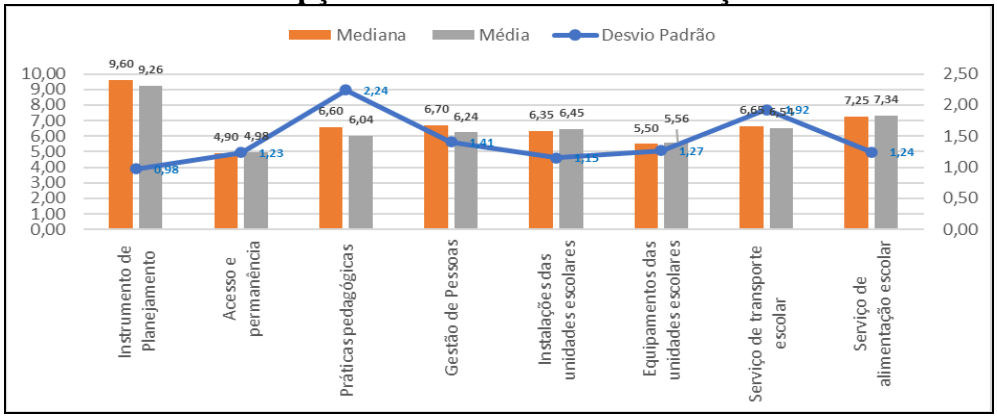
O serviço de transporte escolar (6,54) apresenta um desvio padrão notavelmente alto, calculado em (1,92), em comparação com os aspectos mencionados anteriormente. Esse resultado sugere que há uma falta de uniformidade na percepção dos entrevistados, possivelmente devido a desafios logísticos e de infraestrutura que podem variar em diferentes regiões. Esses fatores podem explicar a ampla gama de respostas observadas.

Delgado (2021) descreve que a expansão da escolarização pode ser observada através dos indicadores de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), especialmente os relacionados à educação, como os indicadores de escolaridade e fluxo escolar. No estado do Paraná, no período de 1991 a 2010, ocorreu uma significativa melhoria nas taxas vinculadas à escolaridade da população adulta (com 18 anos de idade ou mais) e à frequência da população de 11 a 13 anos, destaca-se o aumento na taxa de conclusão do ensino médio pela população com idades entre 18 e 20 anos (DELGADO, 2021).

Conforme observado por d'Escoffier (2022), no contexto brasileiro, a qualidade da educação emerge como um fator que impulsiona a competitividade e maximiza as oportunidades disponíveis. A qualidade do sistema educacional não apenas fornece dados fundamentais para embasar políticas públicas voltadas à redução das desigualdades, mas também promove maior autonomia tanto para as escolas quanto para os estudantes, isso ocorre mesmo em meio a cenários de crises e reformas que o Brasil enfrenta, sublinhando a importância contínua de investir na excelência educacional como um pilar essencial para o desenvolvimento sustentável do país (D'ESCOFFIER, 2022)

Por outro lado, o item relacionado aos Serviços de Alimentação Escolar recebeu uma nota bastante elevada, atingindo (7,34), com um desvio padrão baixo de (1,24). Isso indica que os entrevistados de diferentes municípios têm uma satisfação homogênea em relação a esse serviço, como pode ser observado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Percepção dos indicadores de Educação do TCE-PR



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: TCE (2023).

Na sequência, serão abordados os resultados da pesquisa conduzida pelo Tribunal de Contas do Paraná sobre a percepção da saúde nos municípios da microrregião centro-oeste do estado.

Saúde

O tópico de Saúde foi abordado por meio das seguintes questões, que se concentram na percepção e satisfação dos servidores municipais: i) Instrumentos de Planejamento; ii) Gestão do Trabalho; iii) Coordenação do Cuidado; iv) Territorialização e Vínculo; v) Oferta e Serviço; vi) Promoção; vii) Assistência Farmacêutica e viii) Estrutura Física. As médias atribuídas a estes itens estão apresentadas no Quadro 4.

Quadro 4 - Percepção dos indicadores de Saúde do TCE-PR

	Instrumento de Planejamento	Gestão do trabalho	Coordenação do cuidado	Territorializaçã o e vinculo	Oferta e serviço	Promoção e saúde	Assistência farmacêutica	Estrutura física	**Média**
Foz do Jordão	10	7,3	7,5	7,5	9,7	6,9	7,1	7,7	**7,96**
Laranjeiras do Sul	10	3,8	4,5	8,3	7,8	9,8	8	9	**7,65**
Espigão Alto do Iguaçu	9,5	5,2	6	5	8,5	8,8	7,2	8,4	**7,33**
Inácio Martins	8,9	5,8	3,2	8,6	9,8	9,7	5,6	6,9	**7,31**
Campina do Simão	7,7	3,6	4,5	9,2	10	7,2	6,5	7,4	**7,01**
Nova Laranjeiras	7,2	4,8	4,6	8,7	9,4	7,5	6,1	7,1	**6,93**
Turvo	8,9	5,9	4,9	8,4	8,7	6,7	5,1	6,4	**6,88**
Quedas do Iguaçu	8,9	5,4	4	7,8	8,6	7	5,1	6,1	**6,61**
Pinhão	9,5	4,8	5,6	7	7,4	6	5,2	7,2	**6,59**
Candói	8,2	4,2	3,7	5,8	10	6,8	3,2	7	**6,11**
Porto Barreiro	9,5	2,4	4,1	5	10	6,8	3,9	7	**6,09**
Goioxim	7,5	6,7	2,5	7,5	7,5	6,9	2,8	2,8	**5,53**
Marquinho	8,4	3	3,4	3,5	9,5	7,2	2,1	6,3	**5,43**
Virmond	7,7	2,2	2,1	3	8,1	4,4	5,7	8,6	**5,23**
Cantagalo	10	2,2	1,9	4,8	7,1	6,8	2,5	5,7	**5,13**
Guarapuava	6,2	3,5	1,9	5	9	5,5	3,2	6,4	**5,09**
Reserva do Iguaçu	4,5	4,1	2,5	4,6	6	6,7	4,4	7,8	**5,08**
Rio Bonito do Iguaçu	0,7	1,8	2,2	4,4	10	6,8	2	6,2	**4,26**
Desvio Padrão	**2,32**	**1,61**	**1,56**	**1,97**	**1,20**	**1,30**	**1,85**	**1,36**	
Mediana	**8,65**	**4,15**	**3,85**	**6,40**	**8,85**	**6,85**	**5,10**	**7,00**	
Média	**7,96**	**4,26**	**3,84**	**6,34**	**8,73**	**7,08**	**4,76**	**6,89**	

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: TCE (2023).

Os três municípios com as melhores médias foram Foz do Jordão (7,96), Laranjeiras do Sul (7,65) e Espigão do Alto Iguaçu (7,33), enquanto os três municípios com as médias mais baixas foram Guarapuava (5,09), Reserva do Iguaçu (5,09) e Rio Bonito do Iguaçu (4,26). Observou-se que a

pergunta relacionada aos Instrumentos de Planejamento (7,96) obteve uma das maiores notas, mas também o maior desvio padrão (2,32). Isso sugere que, embora a pontuação seja considerada alta, existe uma variação significativa na percepção dos respondentes em diferentes municípios, indicando uma concordância difusa no que diz respeito ao planejamento em cada local.

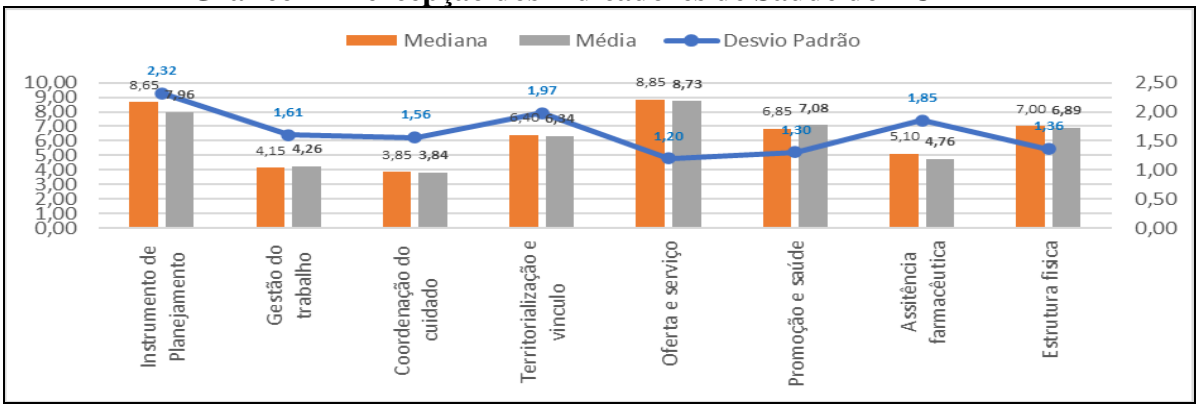
Já a Coordenação do Cuidado (3,84), Gestão do Trabalho (4,26), Assistência Farmacêutica (4,76) e Territorialização e Vínculo (6,34) receberam as médias mais baixas atribuídas pelos respondentes, com desvios padrão entre 1,56 e 1,97, considerados altos. Isso reflete uma insatisfação dos respondentes em relação a esses aspectos e uma falta de conformidade nas respostas. Pode-se inferir que a insatisfação pode estar relacionada à coordenação das atividades operacionais e logísticas de saúde dos munícipios.

Por outro lado, destaca-se a Estrutura Física (6,89), a Promoção da Saúde (7,08) e a Oferta e Serviço (8,73) obtiveram as médias mais elevadas, com desvios padrão relativamente baixos, variando entre 1,20 e 1,36. Isso reflete uma notável consistência nas respostas dos municípios pesquisados.

Delgado (2021) destaca o aumento da expectativa de vida no Brasil desde a década de 1980, um fenômeno que se solidificou com a redução da mortalidade relacionada a doenças cardiovasculares, neoplasias e causas externas como acidentes e violência, que atualmente representam as principais causas de morte no país. Nesse período, houve uma contínua diminuição no número e na proporção de óbitos causados por doenças infecciosas e parasitárias, o que teve um impacto significativo na redução da mortalidade infantil, no estado do Paraná, por exemplo, a taxa de mortalidade infantil caiu de 19,6 por mil nascidos vivos em 2000 para 12,1 em 2010 e 10,4 em 2017 (DELGADO, 2021).

Ressalta-se a atenção voltada à Estrutura física e a Promoção da Saúde, dadas as pontuações significativas atribuídas a esses aspectos. Além disso, a Oferta e Serviço obteve a melhor classificação e o menor desvio padrão em toda série de dados, sugerindo uma alta satisfação por parte dos respondentes em relação à prestação de serviços de saúde pública nos municípios (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Percepção dos indicadores de Saúde do TCE-PR



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: TCE (2023).

Assistência Social

As perguntas relacionadas à Assistência Social abordaram os seguintes tópicos: i) Instrumentos de Planejamento; ii) Vigilância Socioassistencial; iii) Diagnóstico do Território e Acesso; iv) Articulação Territorial e Intersetorial; v) Proteção e Atenção Integral à Família -PAIF; vi) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV e Serviço de Proteção Social Básica - SPSB do Domicílio; e vii) Recursos Físicos e Humanos. No Quadro 5, apresentam-se as médias atribuídas no contexto do tema Assistência Social.

Quadro 5 - Percepção dos indicadores de Assistência Social do TCE-PR

	Instrumento de planejamento	Vigilância Socioassistencial	Diagnóstico do território e acesso	Articulação territorial e Intersetorial	PAIF	SCFV e SPSB do Domicílio	Recursos físicos e humanos	Média
Guarapuava	9,1	5	5,3	9,7	8,1	4,6	5	6,69
Foz do Jordão	1,7	2,5	8	8,2	9	10	5,2	6,37
Marquinho	5	4,2	4	6,5	9,4	9,4	5,3	6,26
Inácio Martins	4,2	4,2	6	5,6	9	9,4	4,7	6,16
Espigão Alto do Iguaçu	4,2	2,5	2,3	5	7,2	7,8	5,3	4,90
Quedas do Iguaçu	5	0,8	2,3	5,6	7,9	8,1	2,3	4,57
Reserva do Iguaçu	5	0,8	4,7	5	7,7	6,6	2	4,54
Nova Laranjeiras	3,4	1,7	6,7	4,2	8	5,3	2,5	4,54
Goioxim	5	1,7	4	5,2	8	6,3	1,3	4,50
Laranjeiras do Sul	5,6	2,5	7,2	2	4,4	3,8	5,6	4,44
Pinhão	2,9	2,5	4,5	5	7,3	5,9	2,3	4,34
Virmond	2,1	2,5	6,7	3,7	5,1	6,6	2,7	4,20
Cantagalo	2,9	2,5	4	5	6,7	4,4	1,3	3,83
Turvo	3,1	0	4,7	4,2	5,2	2,2	3,4	3,26
Porto Barreiro	1,7	1,7	4	2,5	5,8	6,3	0,4	3,20
Rio Bonito do Iguaçu	3,4	1,7	4,7	3,9	2,9	4,4	1,4	3,20
Campina do Simão	2,7	2,5	2,3	0,9	2,6	8,1	1,7	2,97
Candói	1,3	0	1,7	0,9	3,7	4,4	1,1	1,87
Desvio Padrão	**1,86**	**1,35**	**1,80**	**2,25**	**2,13**	**2,17**	**1,75**	
Mediana	**3,40**	**2,50**	**4,60**	**5,00**	**7,25**	**6,30**	**2,40**	
Média	**3,79**	**2,18**	**4,62**	**4,62**	**6,56**	**6,31**	**2,97**	

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: TCE (2023).

As melhores médias foram registradas nos municípios de Guarapuava (6,69), Foz do Jordão (6,37) e Marquinho (6,26), enquanto os três municípios com as médias mais baixas foram Rio Bonito do Iguaçu (3,20), Campina do Simão (2,97) e Candói (1,87). Notavelmente, a pergunta relacionada à Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF (6,56) e ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, juntamente com o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas

Idosas - SPSB no domicílio (6,31), obtiveram as médias mais elevadas, com desvios padrão de 2,13 e 2,17 respectivamente.

Esses resultados indicam uma satisfação mediana, embora haja uma notável disparidade nas respostas entre os munícipios pesquisados. Isso sugere que os serviços de assistência social prestados em domicílios e em relação ao fortalecimento de vínculos podem beneficiar-se de aprimoramentos e uma atenção especial por parte dos gestores públicos, de acordo com a percepção dos respondentes.

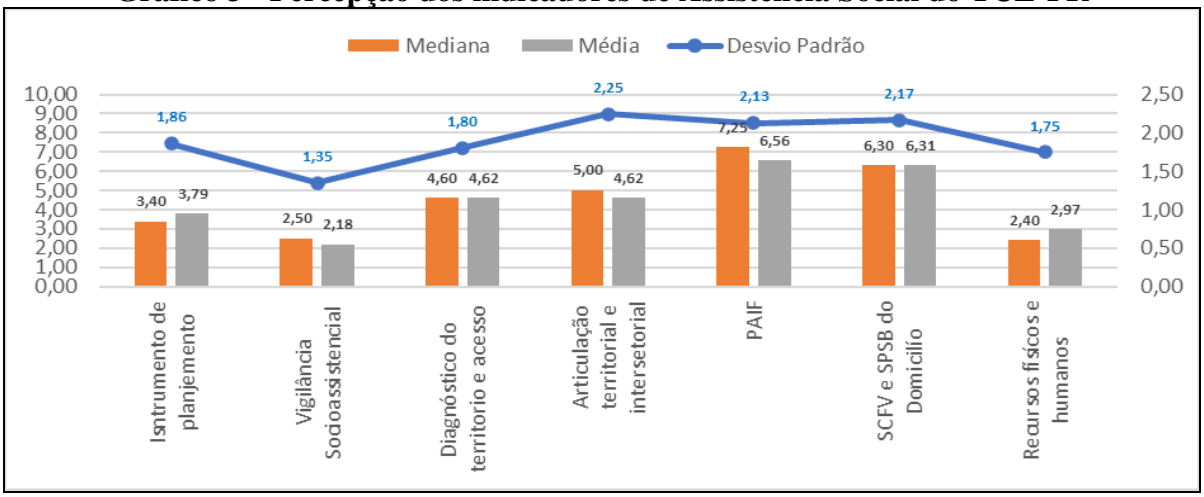
Borges *et al*., (2022) destaca, que a política social desempenha um papel fundamental ao garantir a concretização dos direitos de cidadania conquistados pela sociedade e respaldados por lei, ela visa assegurar proteção social às pessoas, proporcionando acesso a políticas de saúde, previdência, assistência social, além de promover iniciativas educacionais e garantir habitação adequada.

Na sequência, as médias relacionadas aos seguintes aspectos: Instrumentos de Planejamento (3,79), Diagnóstico do Território e Acesso (4,62) e Articulação Territorial e Intersetorial (4,62), ficaram abaixo da marca de 5, refletindo uma insatisfação em relação a esses itens, com desvios padrão variando entre 1,86 e 2,25. Essa variação evidencia uma disparidade significativa nas respostas dos entrevistados.

É possível inferir que a falta de satisfação dos respondentes em relação ao planejamento, especialmente no contexto da articulação territorial na distribuição dos serviços prestados, demanda uma atenção cuidadosa por parte dos gestores públicos responsáveis.

Referente a necessidade de planejamento, Borges *et al*. (2022) destaca a necessidade de políticas sociais adaptadas, ressaltando que estas configuram um alicerce essencial. Em sua essência, a política social desempenha o papel de criar uma rede de apoio voltada para assegurar o bem-estar e a dignidade das pessoas na sociedade (BORGES *et al*., 2022).

Gráfico 3 - Percepção dos indicadores de Assistência Social do TCE-PR



Fonte: Elaboração própria. Base de dados TCE (2023).

As médias mais baixas foram atribuídas aos aspectos relacionados a Recursos Físicos e Humanos (2,97) e a Vigilância Socioassistencial (2,18), com desvios padrão 1,35 e 1,75 respectivamente. Isso sugere uma preocupação expressiva com a contratação de recursos humanos e aquisição de estrutura física, elementos relevantes para a manutenção e melhoria das atividades desenvolvidas na área de assistência social (Gráfico 3).

Administração Financeira

No que diz respeito à percepção da Administração Financeira, a pesquisa abordou as seguintes questões: i) Elaboração do Planejamento Orçamentário; ii) Revisão do Planejamento Orçamentário; iii) Execução da Despesa Orçamentária; iv) Obrigações Financeiras; v) Arrecadação Tributária; vi) Dívida Ativa; vii) Sistema de Informação, e viii) Gestão de Pessoas. As médias atribuídas ao tema Administração Financeira estão apresentadas no Quadro 6.

Quadro 6 - Percepção dos indicadores de Administração Financeira do TCE-PR

	Elaboração do planejamento orçamentário	Revisão do planejamento orçamentário	Execução da despesa orçamentária	Obrigações financeiras	Arrecadação tributária	Dívida Ativa	Sistema de Informação	Gestão de pessoas	Média
Campina do Simão	9,3	5,3	4,8	5,7	2,3	5	6,7	3	5,26
Rio Bonito do Iguaçu	4,9	1,7	1,9	3,7	4,1	3,8	6	7,7	4,23
Laranjeiras do Sul	7,1	1,5	0,6	5,5	4,9	5	5,2	3	4,10
Porto Barreiro	3,2	0,8	1,9	5	4,5	5	9,3	3	4,09
Marquinho	3,2	0,8	1,1	4,5	3,4	5	9,3	2,2	3,69
Nova Laranjeiras	5,4	2,5	1,9	4,1	4,1	0	6	5,3	3,66
Guarapuava	3,9	2,2	1,1	2,5	6,7	6,3	3,6	3	3,66
Inácio Martins	3,8	1,7	0,6	3,7	5,1	5	6,7	2,2	3,60
Quedas do Iguaçu	3,2	4,7	0	2,8	2,8	5	5,2	1,5	3,15
Espigão Alto do Iguaçu	1,2	3,9	2,5	2,8	3,5	1,3	6,7	3	3,11
Foz do Jordão	4,9	0,8	1,4	3,6	4,8	2,5	4,3	2,2	3,06
Goioxim	2	0,8	1,7	1,9	6	3,8	4,5	2,2	2,86
Cantagalo	1,9	0	1,9	2,3	3,3	3,8	6,7	3	2,86
Turvo	3,9	1,7	1,4	3,1	4,1	2,5	4,3	1,5	2,81
Virmond	3,2	0	1,9	3,1	3,2	3,8	5	2,2	2,80
Candói	0,7	0	2,5	1,4	5,4	2,5	5	3	2,56
Pinhão	1,2	0,8	0	1	4,1	3,8	4,3	1,5	2,09
Reserva do Iguaçu	2,7	0	0,6	3,1	1,7	2,5	3,6	2,2	2,05
Desvio Padrão	**2,15**	**1,59**	**1,11**	**1,31**	**1,27**	**1,57**	**1,68**	**1,49**	
Mediana	**3,20**	**1,15**	**1,55**	**3,10**	**4,10**	**3,80**	**5,20**	**2,60**	
Média	**3,65**	**1,62**	**1,54**	**3,32**	**4,11**	**3,70**	**5,69**	**2,87**	

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: TCE (2023).

As melhores médias foram registradas nos municípios de Campina do Simão (5,26), Rio Bonito do Iguaçu (4,23) e Laranjeiras do Sul (4,10), enquanto os três municípios com as médias mais baixas foram Candói (2,56), Pinhão (2,09) e Reserva do Iguaçu (2,05). Nota-se que, apesar de Campina do Simão, Rio Bonito do Iguaçu e Laranjeiras do Sul apresentarem melhores médias, estas ainda estão consideravelmente abaixo das médias dos demais temas abordados nesta pesquisa.

Especificamente, as perguntas relacionadas a Sistemas de Informação (5,69) e Arrecadação Tributária (4,11) obtiveram as melhores médias dentro do contexto da Administração Financeira. No entanto, ressalta-se que essas médias ainda estão significativamente abaixo das médias observadas em outros temas deste estudo. Isso sugere que os Sistemas de Informação e a Arrecadação Tributária apresentam um desempenho relativamente mais satisfatório em comparação com outros aspectos da Administração Financeira, mas ainda requerem atenção e melhorias por parte dos gestores públicos para elevar as avaliações feitas pelos respondentes.

Os elementos Dívida Ativa (3,70), Elaboração do Planejamento Orçamentário (3,65), Obrigações Financeiras (3,32) e Gestão de Pessoas (2,87) apresentam médias próximas, porém pouco satisfatórias. Infere-se que os resultados relacionados ao planejamento orçamentário, obrigações financeiras e gestão de pessoas exigem uma atenção especial por parte das administrações públicas municipais.

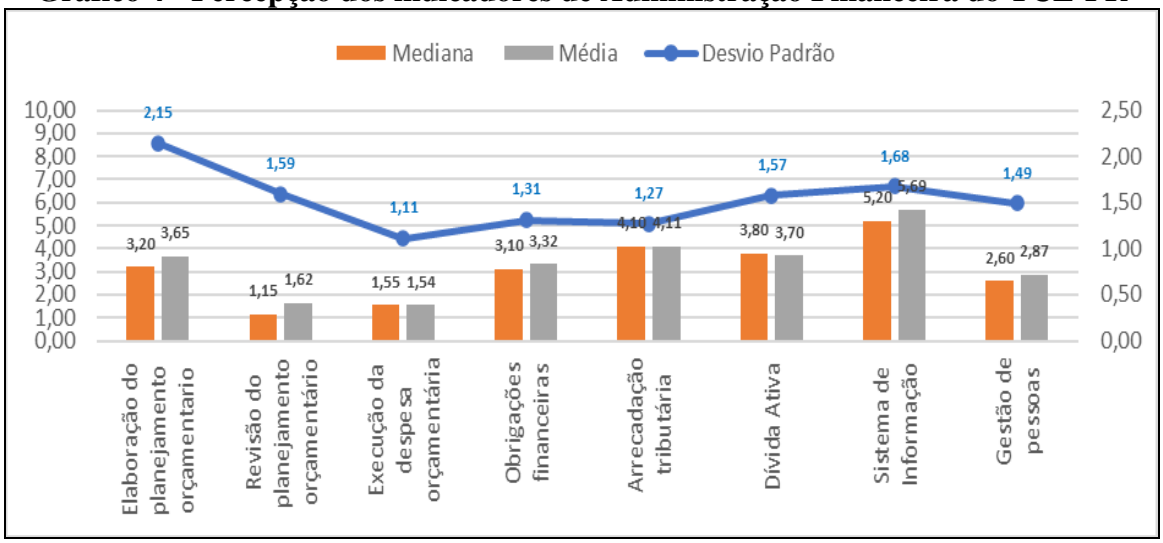
Por outro lado, a Revisão do Planejamento Orçamentário (1,62) e a Execução da Despesa Orçamentária (1,54) apresentaram as médias mais baixas em toda a pesquisa, abrangendo todos os itens avaliados. Além disso, o desvio padrão, variando entre 1,11 e 2,15, indica uma considerável disparidade nas respostas analisadas.

No contexto da responsabilidade pela administração financeira, destaca-se que o Artigo 151-A atribui à Coordenadoria-Geral de Fiscalização, a expedição de notas técnicas e a fiscalização, conforme estabelecido pela Resolução n° 64/2018. Silva (2019) complementa que a avaliação do desempenho (eficiência alocativa) dos gestores públicos municipais é de responsabilidade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), com suas respectivas métrica de gestão por índice.

Rodriguez (2019) corrobora que a elaboração de programações e orçamentos demanda um planejamento meticuloso, no qual cada elemento deve ser cuidadosamente ponderado, isso engloba a programação, orçamento e ordenação, sem negligenciar qualquer aspecto relevante. É essencial estabelecer metas precisas, prazos definidos, responsáveis designados e períodos de execução bem detalhados, dessa forma, esse processo de avaliação e priorização não apenas contribui de maneira significativa para um planejamento eficaz, mas também para uma gestão financeira sólida (RODRIGUEZ, 2019)

Esses resultados apontam para uma insatisfação generalizada entre todos os municípios no que diz respeito à gestão de seus orçamentos. É possível inferir que essa insatisfação pode estar relacionada à participação limitada dos munícipes nas atividades relacionadas ao planejamento do orçamento municipal – Gráfico 4.

Gráfico 4 - Percepção dos indicadores de Administração Financeira do TCE-PR



Fonte: Elaboração própria. Base de dados TCE (2023).

Previdência

No que se refere à percepção dos indicadores de Previdência, as questões pesquisadas abrangeram: i) Regime de Previdência Complementar; ii) Legislação Previdenciária; iii) Órgãos de Governança; iv) Transparência e Processo de Trabalho; v) Investimento; e a vi) Gestão Atuarial e Arrecadação. As médias atribuídas a esses indicadores de Previdência estão detalhadas no Quadro 7.

As melhores médias foram alcançadas pelos municípios de Campina do Simão (7,98), Porto Barreiro (6,53) e Turvo (4,95), enquanto as médias mais baixas foram observadas em Marquinho (3,63), Foz do Jordão (3,17) e Pinhão (2,60). É relevante notar que os municípios Quedas do Iguaçu, Espigão Alto do Iguaçu, Nova Laranjeiras, Candói, Virmond e Goioxim obtiveram médias zeradas.

Observa-se que as perguntas relacionadas à Gestão Atuarial e Arrecadação (4,53), o Investimento (4,28) e Regime de Previdência Complementar (3,27), receberam médias que indicam um desempenho pouco satisfatório. Isso destaca a necessidade de uma atenção especial no que diz respeito à Arrecadação e aos Investimentos relacionados à Previdência Complementar.

Conforme apontado por Delgado (2020), o crescimento do rendimento domiciliar não se limitou ao aumento das receitas provenientes do trabalho, ele também foi impulsionado pela crescente

participação de rendimentos originados de aposentadorias, pensões e transferências sociais na composição desses rendimentos, beneficiando de forma mais pronunciada as famílias em situação de maior vulnerabilidade econômica, tendo como resultado, um processo contínuo de redução da desigualdade de renda no país ao longo dos últimos anos.

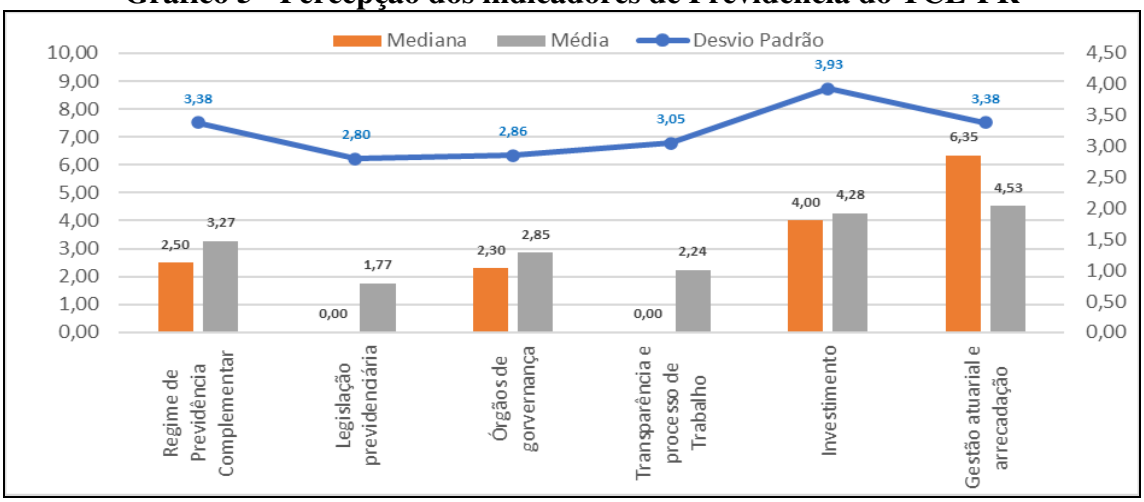
Quadro 7 - Percepção dos indicadores de Previdência do TCE-PR

	Regime de Previdência Complementar	Legislação previdenciária	Órgãos de governança	Transparência e processo de Trabalho	Investimento	Gestão atuarial e arrecadação	**Média**
Campina do Simão	8,8	3,3	9,3	7,5	10	9	7,98
Porto Barreiro	7,5	0	7,1	8,6	8,8	7,2	6,53
Turvo	7,5	5,6	1	0	8,8	6,8	4,95
Laranjeiras do Sul	5	0	5,1	2,5	10	6,6	4,87
Reserva do Iguaçu	2,5	10	2,3	2,7	5	6	4,75
Cantagalo	2,5	0	3,8	3,3	10	7,7	4,55
Guarapuava	10	1,4	5,7	0	3,4	6,7	4,53
Rio Bonito do Iguaçu	1,3	2,9	5,5	4,6	6,3	6,6	4,53
Inácio Martins	5	4,3	4,6	1,3	4,6	6,1	4,32
Marquinho	2,5	0	3,2	7,5	3,4	5,2	3,63
Foz do Jordão	5	4,3	1,4	0	1,7	6,6	3,17
Pinhão	1,3	0	2,3	0	5	7	2,60
Quedas do Iguaçu	0	0	0	0	0	0	0,00
Espigão Alto do Iguaçu	0	0	0	0	0	0	0,00
Nova Laranjeiras	0	0	0	0	0	0	0,00
Candói	0	0	0	0	0	0	0,00
Virmond	0	0	0	0	0	0	0,00
Goioxim	0	0	0		0	0	0,00
Desvio Padrão	**3,38**	**2,80**	**2,86**	**3,05**	**3,93**	**3,38**	
Mediana	**2,50**	**0,00**	**2,30**	**0,00**	**4,00**	**6,35**	
Média	**3,27**	**1,77**	**2,85**	**2,24**	**4,28**	**4,53**	

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: TCE (2023).

Por outro lado, as avaliações mais baixas foram atribuídas à Transparência e Processo de Trabalho (2,24), Órgãos de Governança (2,85) e a Legislação Previdenciária (1,77). Essas médias mais baixas evidenciam a insatisfação dos respondentes em relação à Legislação Previdenciária dos municípios, bem como à transparência e estrutura dos órgãos de governança envolvidos (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Percepção dos indicadores de Previdência do TCE-PR



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: TCE (2023).

Transparência

A pesquisa sobre Transparência abrangeu uma ampla gama de áreas relacionadas às questões em análise, abordando: i) a Regulamentação do SIC; ii) Operacionalização do SIC; iii) Disponibilização das Informações; iv) Regulamentação do Canal de Comunicação; v) Funcionamento do Canal de Comunicação, e vi) Ações para o Fomento e Controle Social. As métricas e médias atribuídas aos indicadores de transparência estão detalhadas no Quadro 8 para análise aprofundada.

Os municípios de Campina do Simão (7,22), Inácio Martins (7,07) e Nova Laranjeiras (6,33) apresentaram as pontuações mais elevadas em Transparência. Em contrapartida, os três municípios com as médias mais baixas foram Marquinho (2,38), Reserva do Iguaçu (1,92) e Virmond (1,53).

No que tange à Disponibilização das Informações (7,56) e Operacionalização do SIC (5,62), destacam-se como os elementos com as maiores médias, acompanhadas por desvios padrão de 1,74 e 1,67, respectivamente. Esses resultados sugerem uma avaliação moderadamente satisfatória em relação à Disponibilização das Informações e à eficácia dos Sistemas de Informação e Comunicação utilizados nos municípios.

O Funcionamento do Canal de Comunicação (3,67) e a Regulamentação do SIC (3,46) se destacaram com os itens que receberam as avaliações mais baixas por parte dos participantes, indicando um nível de satisfação consideravelmente reduzido. Por outro lado, as Ações para o Fomento e Controle Social (2,57) e a Regulamentação do Canal de Comunicação (1,69) revelaram claramente a insatisfação por parte dos respondentes, como evidenciado pelo notável desvio padrão, que variou de 1,65 a 4,27 nesses critérios, o mais elevado em toda a pesquisa.

Quadro 8 - Percepção dos indicadores de Transparência do TCE-PR

	Regulamentação SIC	Operacionalização SIC	Disponibilização de informações	Regulamentação do canal de comunicação	Funcionamento do canal de comunicação	Ações para fomento e controle social	**Média**
Campina do Simão	10	6,3	6,7	7,2	7,3	5,8	7,22
Inácio Martins	10	7,1	8,9	8,2	5,7	2,5	7,07
Nova Laranjeiras	8,4	5,4	10	5,2	5	3,8	6,30
Candói	8,4	8,6	5,6	0	7,3	3,2	5,52
Guarapuava	0	6,9	8,9	7	5	2,8	5,10
Turvo	3,8	6,1	10	1,9	4	3,3	4,85
Rio Bonito do Iguaçu	10	4,2	8,9	0	1,7	3,8	4,77
Porto Barreiro	6,7	5,2	8,9	0	2,7	4,2	4,62
Espigão Alto do Iguaçu	5	6,7	8,9	0	0,7	2,5	3,97
Foz do Jordão	0	6,3	7,8	0,9	5	0,8	3,47
Pinhão	0	5,6	6,7	0	7	0,8	3,35
Goioxim	0	4,8	7,1	0	2	4,5	3,07
Quedas do Iguaçu	0	6,3	7,8	0	3,3	0,8	3,03
Laranjeiras do Sul	0	6,3	6,3	0	2	3,6	3,03
Cantagalo	0	5	6,7	0	2	1,3	2,50
Marquinho	0	5,6	6,7	0	2	0	2,38
Reserva do Iguaçu	0	4,8	3,4	0	3,3	0	1,92
Virmond	0	0	6,7	0	0	2,5	1,53
Desvio Padrão	**4,27**	**1,74**	**1,67**	**2,95**	**2,24**	**1,65**	
Mediana	**0,00**	**5,85**	**7,45**	**0,00**	**3,30**	**2,65**	
Média	**3,46**	**5,62**	**7,56**	**1,69**	**3,67**	**2,57**	

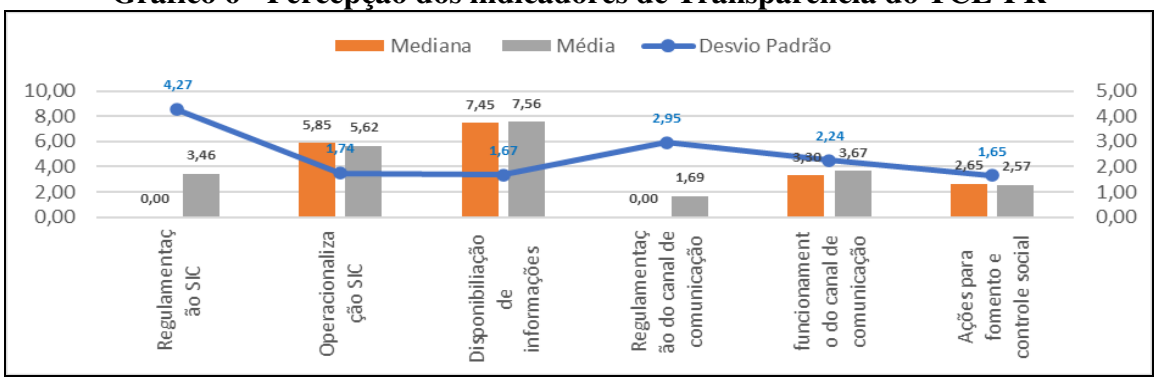
Fonte: Elaboração própria. Base de dados: TCE (2023).

Conforme estabelecido na Lei Complementar 131/2009, também conhecida como Lei da Transparência (BRASIL, 2009), e na Lei de Acesso à Informação nº 12.527 (BRASIL, 2011), a responsabilidade de tornar todas as informações relacionadas às atividades do Estado públicas na forma de dados abertos foi intensificada, a exceção são aquelas informações expressamente restringidas por legislação específica.

Batista (2004) já ressaltava a importância da transparência, do reúso e compartilhamento eficaz de informações como pilares fundamentais das boas práticas de gestão, ele enfatizava a visão integradora, o uso eficaz das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e, acima de tudo, a necessidade de orientar essas tecnologias conforme as demandas e necessidades dos cidadãos.

Esses resultados apontam para uma notável variabilidade nas respostas fornecidas, sugerindo que a administração pública estadual poderia desempenhar um papel relevante ao auxiliar os municípios a estabelecerem padrões mais uniformes e satisfatórios nessas áreas (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Percepção dos indicadores de Transparência do TCE-PR



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: TCE (2023).

Tendência linear entre os municípios pesquisados.

Após uma análise detalhada dos dados, observou-se que os municípios de Rio Bonito do Iguaçu (8,05), Virmond (8,0) e Guarapuava (7,89) destacaram-se com as médias elevadas, enquanto Quedas do Iguaçu (5,65), Cantagalo (5,06) e Laranjeiras do Sul (4,96) apresentaram as médias mais baixas.

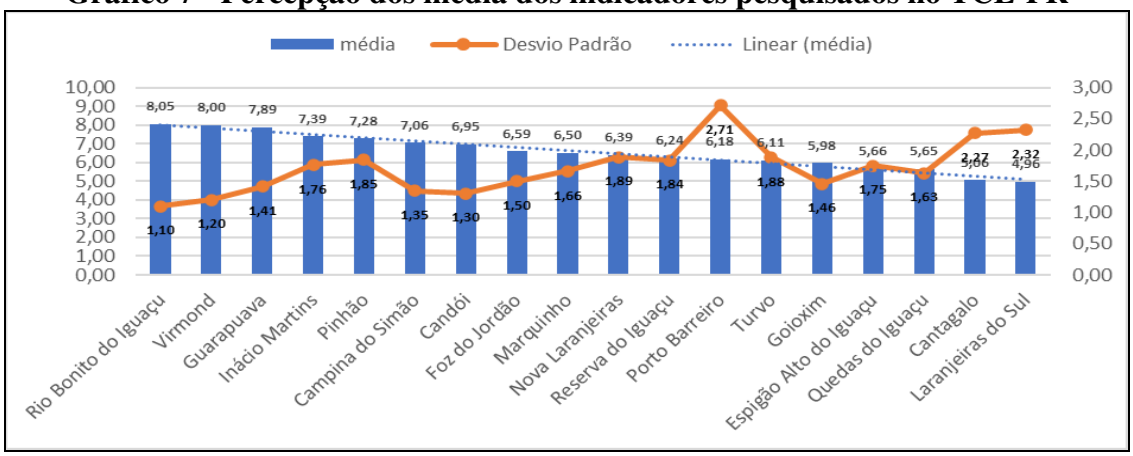
Verificou-se, também, uma tendência linear inversa entre a média das respostas e o desvio padrão, indicando que à medida que a média dos municípios na pesquisa aumentou, o desvio padrão médio identificado aumentou, o desvio padrão médio identificado diminuiu. Esse padrão sugere uma maior consistência nas respostas positivas e uma maior variabilidade nas respostas negativas.

Para a otimização de políticas públicas, Silva (2019) ressalta a importância de utilizar indicadores de desempenho, esses indicadores são números, percentagens ou razões que quantificam aspectos do desempenho, essa abordagem envolve desde a identificação do problema subjacente à política até a análise das mudanças sociais resultantes da intervenção pública, o objetivo é vislumbrar alternativas de intervenção e garantir a efetividade do processo de implementação.

Em outras palavras, os respondentes tendem a concordar mais quando suas estimativas são positivas, evidenciando uma maior consistência nas respostas consideradas satisfatórias. Por outro lado, nota-se uma maior variação nas respostas quando o item avaliado não obteve uma classificação satisfatória (Gráfico 7).

Em resumo, os dados fornecem aos gestores públicos a capacidade de tomar decisões mais informadas e abrangentes em relação aos municípios em análise. Com base nas médias e desvios padrão obtidos, esses gestores conseguem identificar quais municípios demonstram maior alinhamento nas expectativas positivas, indicando, indicando uma maior satisfação dos respondentes em relação aos serviços ou aspectos avaliados. Isso pode permitir o desenvolvimento de estratégias mais eficazes e direcionadas para solucionar problemas específicos em cada comunidade.

Gráfico 7 - Percepção dos média dos indicadores pesquisados no TCE-PR



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: TCE (2023).

A uniformidade nas respostas positivas pode sugerir a eficácia de políticas ou ações implementadas nesses municípios, servindo como modelo para outras regiões com desempenho inferior. Já os municípios que apresentam maiores variações nas expectativas negativas exigem uma análise mais aprofundada, uma vez que essas divergências podem apontar para problemas específicos que requerem atenção imediata e melhorias.

Contudo, ressalta-se que os dados devem ser interpretados de forma cuidadosa, levando em consideração todas as variáveis envolvidas. Portanto, é recomendável que os gestores públicos colaborem com especialistas, analistas de dados e pesquisadores visando assegurar uma análise aprofundada e uma compreensão completa da situação. Dessa forma, os dados se tornam uma ferramenta valiosa para a tomada de decisões estratégicas, sempre com o objetivo principal de promover o bem-estar e o desenvolvimento sustentável dos municípios em questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação de políticas públicas é necessária para compreender e aprimorar a eficácia das ações governamentais. Originada nos EUA e influenciada por pensadores como Laswell e Simon (1958), converge para o estabelecimento de metas coletivas, visando resolver questões de interesse público. No contexto Brasil, a crescente preocupação em lidar com problemas contemporâneos impulsiona avanços nos estudos nesse campo.

A distinção entre política pública de Estado e de Governo destaca a importância da estabilidade na implementação de processos de avaliação estruturados. Os Tribunais de Contas tornam-se fundamentais nesse processo, promovendo transparência e efetividade dos direitos sociais garantindo o atendimento aos interesses públicos e sociais de forma eficiente e eficaz.

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná com fiscalização, inovação e transparência ao longo das décadas destaca sua relevância na adaptação às complexidades sociais, abordagem híbrida adotada pelos tribunais refletindo resposta eficaz aos desafios contemporâneos, enquanto sua capacidade de avaliar as políticas públicas reforça sua eficiência e eficácia no controle da administração pública, contribuindo para uma governança democrática sólida e para o sucesso das iniciativas em benefício da sociedade.

A análise abrangente dos dados revela um panorama diversificado nas avaliações dos municípios em diferentes áreas de atuação. Destacam-se claramente municípios como Guarapuava, Virmond e Rio Bonito do Iguaçu, que apresentam desempenho superior em vários aspectos, especialmente nos Instrumentos de Planejamento. Por outro lado, Quedas do Iguaçu, Cantagalo e Laranjeiras do Sul enfrentam desafios, evidenciando áreas de insatisfação, como no caso do Acesso e Permanência na Educação, na Coordenação do Cuidado na saúde, e na Articulação Territorial e Intersetorial no planejamento.

De modo geral os resultados demonstraram que na Educação, a satisfação foi elevada para Instrumentos de Planejamento, menos elevada para Acesso e Permanência. Práticas Pedagógicas mostraram divergências. Na Saúde, Coordenação do Cuidado e Gestão do Trabalho identificou-se insatisfação, enquanto Estrutura Física e Oferta e Serviço foram bem avaliados.

Na Administração Financeira, Sistemas de Informação e Arrecadação Tributária obtiveram médias mais elevadas, embora aquém de outros temas. Previdência indicou desempenho pouco satisfatório em Gestão Atuarial e Arrecadação. E a Transparência, Disponibilização das Informações apresentou avaliação positiva, contrastando com insatisfação registrada nas dimensões de Ações para o Fomento e Controle Social e Regulamentação do Canal de Comunicação.

A heterogeneidade nas respostas, evidenciada pelos desvios padrão em várias áreas, aponta para a diversidade de percepções entre os entrevistados, indicando a necessidade de abordagens mais específicas e personalizadas na gestão pública local.

A constatação de disparidades significativas entre os municípios em diferentes áreas de atuação reforça a necessidade de uma abordagem abrangente na administração pública, onde o aprimoramento de políticas e práticas não ocorre de maneira isolada, mas sim de forma integrada e coordenada.

Recomenda-se a realização de avaliações de políticas públicas em intervalos mais frequentes. Essas avaliações, por meio de dados gerados, favorece a construção da memória organizacional, auxiliando na otimização e implementação de políticas públicas diversas, com a fundamentação de regulamentos, leis e programas, com o propósito claro de aprimorar o bem-estar público e alcançar benefícios coletivos.

Este estudo atenta a necessidade de fortalecer o processo decisório, por meio dos dados de avaliações de políticas públicas levando em conta aspectos sociais, econômicos, políticos e ambientais. Nota-se que é necessário estabelecer um mecanismo contínuo de avaliação e melhoria, avaliando regularmente a eficácia das políticas para garantir que estejam cumprindo efetivamente seus objetivos e, quando necessário, promover ajustes para otimizar seus impactos positivos.

Nesse contexto, torna-se imperativo que os gestores públicos atuem de maneira proativa, utilizando os dados obtidos como ferramenta estratégica para alcançar a sustentabilidade em meio a administração pública dos municípios do estado.

REFERÊNCIAS

ANDRADE ZANCHIN, V.; CARNEIRO, A. F.; PIACENTINI, A. L. S. "Dimensões Da Sustentabilidade Nos Orçamentos Dos Municípios De Rondônia Com Maior Índice Firjan De Desenvolvimento Municipal". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 13, n. 39, 2023.

BATISTA, F. F. "Governo que Aprende: Gestão do Conhecimento em Organizações do Executivo Federal". Brasília: Ipea, 2004. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 23/09/2023.

BORGES, M. L. *et al*. "Corrupção na Saúde durante a Pandemia da COVID-19 no Brasil". **Campos Neutrais**, vol. 4, n. 1, 2022.

CABRAL, F. G. O "Tribunal de Contas da União é um órgão político?". **Revista de Investigações Constitucionais**, vol. 7, n. 1, 2020.

CAIRNEY, P. "The politics of policy analysis: Theoretical insights into real-world problems". **Journal of European Public Policy**, vol. 30, n. 9, 2023.

CASTRO, S. H. R.; CASTRO, R. R. "Avaliação de políticas públicas: uma nova fronteira para o Controle Externo e pilar estruturante da democracia". **Revista Controle**, vol. 19, n. 1, 2021.

CECHINEL, A. *et al*. "Estudo/análise documental: uma revisão teórica e metodológica". **Criar Educação**, vol. 5, n. 1, 2016.

CEREJO, S. B. *et al*. "A Fiscalização de Políticas Públicas Educacionais: A Experiência do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia". **Direito UNIFACS – Debate Virtual**, n. 275, 2023.

CHADID, R. **A função do Tribunal de Contas no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2019.

CRESWELL, J. W.; CLARK, V. L. **Pesquisa de Métodos Mistos**. Porto Alegre: Editora Penso, 2013.

D'ESCOFFIER, L. N. *et al*. "A avaliação educacional na produção científica vista por meio de análise de redes sociais". **Ensaio**, vol. 30, 2022.

DELGADO, P. R. "Desenvolvimento Humano no Paraná: Avanços e Desafios". **Revista Paranaense De Desenvolvimento**, vol. 41, n. 138, 2021.

DYE, T. D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1984

EASTON, D. **A Framework for Political Analysis**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1965.

FLACH, L. *et al*. "Gestão pública de Smart Cities brasileiras e seus efeitos na educação local". **Education Policy Analysis Archives**, vol. 30, 2022.

GARCIA, V.; ARAÚJO LEONETTI, C. "O controle e a avaliação pelo Tribunal de Contas da União das políticas públicas implementadas por desonerações tributárias no Brasil". **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, vol. 11, n. 1, 2021.

GUIMARÃES, P. R. B. **Métodos quantitativos estatísticos**. Curitiba: Iesde Brasil, 2008.

HA, H.; HUR, H. "Public Official Empowerment and Rule-Breaking Behaviors: Evidence from Panel Analysis of US Federal Agencies". **Public Organization Review**, n. 25, 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10/09/2023.

JACOBY FERNANDES, J. U. **Tribunais de Contas do Brasil**: jurisdição e competência. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2016.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores Sociais no Brasil**: Conceitos, fontes de dados e aplicações. São Paulo: Editora Alínea, 2017.

LASWELL, H. D. **Politics**: Who Gets What, When, How. Cleveland: Meridian Books, 1958.

LIMA, R. F. L. **Tribunais de Contas do Brasil**: um relatório acerca da eficiência técnica utilizando a análise envoltória de dados (Dissertação de Mestrado em Administração Pública). Maceió: UFAL, 2023.

LINDBLOM, C. E. "Still Muddling, Not Yet Through". **Public Administration Review**, vol. 39, 1979.

LINDBLOM, C. E. "The Science of Muddling Through". **Public Administration Review**, vol. 19, 1959.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação, abordagens qualitativas**. São Paulo: Editora EPU, 1986.

LYNN, L. E. **Designing Public Policy**: A Casebook on the Role of Policy Analysis. **Santa Monica**: Goodyear, 1980

MAHARDHANI, A. J. "The role of public policies in promoting technological innovation and sustainability". **Contemporary Administration and Management Magazine**, vol. 2, 2023.

MEAD, L. M. "Public Policy: Vision, Potential, Limits". **Policy Currents**, n. 16, 1995

MEDEIROS, J. L. "A atuação do tribunal de contas e as políticas públicas de saúde". **Caderno Virtual**, vol. 1, n. 56, 2023.

NASUTION, M. A.; ACHMAD, N. "The Measurement of Public Policy Assessment of North Sumatra Province, Indonesia". **International Journal of Sustainable Development and Planning**, vol. 18, n. 3, 2023.

PEGORARO, D. *et al*. "A eficiência no setor público: Uma análise das publicações cientificas nacionais". **Anais do IX Encontro Brasileiro de Administração Pública**. Rio de Janeiro: FGV, 2022.

PEREIRA JÚNIOR, E. L. P. *et al*. "Governance Applicable to Public Organizations: An Analysis based on the Multicriteria Method (MCDM) Parsimonious AHP (PAHP) under the perspective of the Leadership Mechanism in the light of the Union Court of Audits (TCU)". **Procedia Computer Science**, vol. 221, 2023.

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham: Chatham House. 1986.

PORTUGAL JÚNIOR, P. S. *et al*. "Estabelecimento de um indicador de eficiência do gasto público para o desenvolvimento municipal: uma análise aplicada no Sul de Minas". **Economia e Região**, vol. 10, n. 2, 2022.

RODRIGUES, S. L. *et al*. "Sustainability in practice: a study on the municipal public management of Teresina". **Gestão e Produção**, vol. 29, 2022.

RODRÍGUEZ-EDEZA, M. Á. "Modelo general para la creación de las políticas públicas". **Forum: Revista Departamento de Ciência Política,** vol. 19, 2021.

SÁ, L. F. V. N.; DETONI, R. L. S. "A Análise Econômica do Direito no controle externo das políticas públicas". **Revista Controle**, vol. 17, n. 1, 2019.

SCHIMMELPFENNIG, R.; MUTHUKRISHNA, M. "Cultural evolutionary behavioral science in public policy". **Behavioural Public Policy** [2023]. Disponível em: <www.cambridge.org>. Acesso em: 12/09/2023.

SILVA, M. C. "Critérios de avaliação de políticas públicas e de desempenho: aspectos CONCEITUAIS e empíricos". **Revista Governet: Boletim do Orçamento e Finanças**, n. 167, 2019.

SILVA, O. H. F.; SOARES, A. S. "As Políticas Públicas para a Educação Infantil na Cidade de Betim no Estado de Minas Gerais". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 13, n. 39, 2023.

SIMON, H. **Comportamento Administrativo**. Rio de Janeiro: USAID, 1957

SOUSA, M.; LEMES DE SORDI, M. R. "Discursos sobre avaliação educacional na rede municipal de ensino de São Paulo". **Estudos Em Avaliação Educacional**, vol. 33, 2020.

SOUZA, C. "Políticas públicas: uma revisão da literatura". **Sociologias**, n. 16, 2006.

STEFANI, S. R. *et al*. "Cidades Sustentáveis e ISO37120: A Visão dos Munícipes". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 15, n. 43, 2023.

TABORDA, L. E. *et al*. "Acessibilidade da Pessoa Idosa a Serviços Públicos nas Plataformas Digitais no Município de Ponta Grossa-PR". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 14, n. 42, 2023.

TCE-PR – Tribunal de Contas do Estado do Paraná. **Avaliação da Atuação Governamental. Relatório público**. Curitiba: TCE, 2023. Disponível em: <www.tce.pr.gov.br>. Acesso em: 12/09/2023.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano VI | Volume 17 | Nº 49| Boa Vista |2024

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima